

INCLUSÃO ON-LINE: CURSO VIA INTERNET SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR PARA ALUNOS DE LICENCIATURA NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

05/2005

135-TC-F3

Josiberti Flávio Ap. Monteiro da Silva

Unesp – Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

flavio@foar.unesp.br

Categoria: Pesquisa e Avaliação

Setor Educacional: Educação Universitária

Natureza do Trabalho: Descrição de Projeto em Andamento

Resumo:

O presente trabalho de pesquisa, decorrente de dissertação de mestrado em andamento, tem como foco a criação de um curso na modalidade de educação a distância, para analisar o papel do mesmo sobre a temática da inclusão para a formação de alunos de licenciatura de uma universidade pública. Para tanto, serão consideradas duas temáticas envolvidas diretamente com a questão de pesquisa, quais sejam: a formação de professores para a educação inclusiva e a EaD aplicada ao ensino de conteúdos mediados por computador via internet. O desafio dessa pesquisa e também sua relevância é acrescentar uma forma alternativa de contribuição, atentando para a regulamentação do Ministério da Educação sobre a oferta de disciplinas a distância no ensino superior, que possa tentar minimizar os problemas causados pela falta de conteúdos sobre educação inclusiva nos cursos de formação de professores.

Palavras-Chave: Educação Especial, Formação de Professores, Educação a Distância, Tecnologia da Educação.

Introdução

Vivemos, nos dias atuais, não somente a revolução das tecnologias de informação e comunicação, como também um movimento tão importante, senão mais prioritário: a luta de vários segmentos sociais contra a exclusão social, reivindicando seus direitos, garantidos por lei. Educação, saúde, transporte, cultura, esporte e lazer são direitos de todos, entretanto estas conquistas ainda não fazem parte da realidade de milhares de pessoas com necessidades especiais. Esse movimento mundial implica em garantir a igualdade real para todos.

Tabela 1. Fatos e Eventos Internacionais Inclusivos.

Ano	Evento
1981	Declaração de Cuenca sobre novas tendências na Educação Especial. Unesco/OREALC – Equador Declaração de Sunderberg – resultado da Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos Impedidos – Torremolinos, Espanha. XXII Conferência Sanitária Panamericana – Análise da situação do atendimento em reabilitação de pessoas com incapacidades.
1990	Conferência Mundial de Educação para Todos – Jomtien, Tailândia. Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990.
1992	Declaração de Cartagena de Índias sobre Políticas Integradas para Pessoas com Deficiências na Região Ibero-Americana – Colômbia.
1993	Conferência Hemisférica de Pessoas com Deficiências. Agenda para o futuro – Washington, EUA. Declaração de Santiago – resultou na V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe, com o objetivo de melhorar os níveis globais de qualidade de aprendizagem.
1994	Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais – Salamanca, Espanha.
1996	Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiências, aprovadas pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU.

Esse movimento em favor da inclusão, felizmente, também tem crescido no Brasil, exigindo das instituições públicas, sobretudo escolares, adequações físicas, capacitação de professores e alterações em seus currículos escolares com vistas ao atendimento a esse público especial cada vez mais presente nas escolas.

Atualmente temos uma demanda crescente de crianças que precisam desse atendimento e a habilitação desses profissionais é extremamente

importante. Entretanto, a forma como essa modalidade de formação profissional deverá ser apresentada e o seu sucesso está intrinsecamente associada à idéia de inovação, pois a assimilação desses novos conhecimentos por parte dos professores não é simples. São muitos os imprevistos e não existem receitas prontas de como lidar com cada problema. O aperfeiçoamento e o suporte a esses profissionais devem ser contínuos. Mais de 110 mil alunos com algum tipo de deficiência já estão estudando nas escolas regulares atualmente (2003), mas ainda existem centenas de milhares de crianças com necessidades especiais – deficiências mental, auditiva, visual e física – ainda excluídas (INEP).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9394/96) explicita o compromisso do poder público com a educação especial e na resolução de 11 de setembro de 2001, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, homologa no artigo 2º:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”
E ainda: “Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.”

E também homologa a condição dos professores que lidam com essa realidade:

“...São considerados *professores capacitados* para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação

especial adequados ao desenvolvimento de competências...”

Com essa resolução, os professores se vêem diante de novas dificuldades e o desafio de atuar com alunos especiais em uma classe comum. Em portaria de 27 de dezembro de 1994, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto, mediante a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com pessoas com necessidades especiais resolve em portaria nº 1.793 publicada no Diário Oficial da União nº 246 de 28 de dezembro de 1994:

Art. 1º Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICOS-POLÍTICOS-EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”. Prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as licenciaturas.

Art. 2º Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos Aspectos Éticos-Políticos-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional).

Art. 3º Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial.

Embora esses decretos e portarias oficializem o compromisso do Estado com a educação especial, muitas instituições de ensino de graduação ainda não se adequaram a essa nova realidade. Há escassez de professores especializados em inclusão escolar para suprir rapidamente essa demanda para formação de novos professores com conhecimentos em educação inclusiva, além da falta de recursos para contratação de novos professores

para as universidades públicas para os cursos de licenciaturas. A repercussão desse atraso no cumprimento de algumas recomendações e exigências da lei é o adiamento no processo de Inclusão Social, impossibilitando milhares de pessoas com necessidades especiais terem seus direitos garantidos, de maneira satisfatória. Também causa um problema para os profissionais da educação que precisam se adequar às novas exigências, porém não possuem muitas alternativas para aprimorarem seus conhecimentos na área de inclusão escolar.

Explorando Possibilidades

As novas leis de diretrizes do sistema de ensino exigem uma urgente formação de professores para lidar com essa questão. Contudo, a temática sobre educação inclusiva vem sendo desconsiderada em muitos cursos de licenciatura, com raras exceções.

Assim, a pesquisa que aqui se apresenta destaca a possibilidade de integração desses três aspectos (a tríade de sustentação teórica do trabalho – EAD, Formação de professores em licenciaturas e Inclusão), além da exploração das novas tecnologias, da categoria de *software* livre e código aberto, para a disponibilização de conteúdos e apoio a aulas presenciais, semipresenciais e a distância, como por exemplo, os sistemas de aprendizagem virtuais relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, aplicadas à educação.

Metodologia

Por meio de parceria e apoio do grupo de pesquisa FOREESP – “Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial” sob a coordenação da Profa. Dra. Enicéia Mendes, da UFSCar - Universidade Federal de São Carlos/SP e da Profa. Dra. Maria Júlia Dall’Acqua da Unesp – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, foi planejado um programa de introdução e capacitação, no formato de um curso sobre educação inclusiva, voltado para alunos de licenciatura de diversas áreas de graduação (matemática, pedagogia e psicologia) da UFSCar. Portanto, os participantes

dessa pesquisa foram não somente os pesquisadores do grupo de estudos FOREESP, como também os alunos que se matricularam no curso sobre inclusão escolar à distância.

Paralelamente ao planejamento do curso sobre inclusão, foram realizadas pesquisas sobre as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) envolvendo principalmente os ambientes de ensino e aprendizagem a distância, visando a escolha da ferramenta que mais se aproximasse das necessidades do projeto, priorizando a facilidade de manuseio pelo grupo de pesquisa e que fosse, preferencialmente, de domínio público.

O ambiente de ensino-aprendizagem escolhido foi o MOODLE, que preencheu os requisitos esperados, dentre eles:

- Facilidade na Instalação e Administração;
- Oferecimento dos principais recursos de comunicação presentes nos sistemas de ensino atuais, como: gerenciadores de participantes, conteúdos, atividades, avaliações, *fóruns*, salas de discussão, análises estatísticas, etc;
 - É preparado para pedagogias tanto instrucionistas como construtivistas;
 - *Open Source* (Livre Distribuição, Código Aberto, Respeito a autoria).

Foi criado um banco de dados sobre inclusão escolar com os dados fornecidos pelo grupo de pesquisa contendo textos, imagens e pequenos trechos de filmes ou filmagens de situações sobre inclusão escolar no cotidiano dos professores. Esses dados serão sistematicamente catalogados e organizados sendo posteriormente disponibilizados para utilização em materiais de estudo a distância, quando da defesa da Dissertação que aqui está parcialmente apresentada. Para isso, também se fez necessário a criação de um *site* sobre inclusão com um domínio próprio (www.inclusaonline.org) no

qual serão armazenados e disponibilizados os conteúdos e, também, onde foi o ponto de encontro virtual para a realização das aulas não-presenciais.

O curso foi subdividido em 5 módulos distintos, apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Módulos do Curso

<i>Módulos</i>	<i>Descrição</i>
Trajetória Histórica da Educação Inclusiva	<p>O que é Educação Inclusiva?</p> <p>A educação inclusiva surge como um movimento de resistência contra a exclusão social que historicamente vem afetando grupos minoritários. É caracterizada por movimentos sociais que visam à conquista do exercício do direito de acesso a recursos e serviços da sociedade.</p> <p>No Brasil o movimento de Inclusão Social teve impacto na discussão das políticas públicas mais especificamente na política educacional e, em específico, na área da Educação Especial.</p> <p>Como fica a questão da educação especial de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais?</p>
Fundamentos Éticos, Políticos e Filosóficos da Educação Inclusiva	<p>Este texto tem por objetivo apresentar, analisar e discutir os fundamentos éticos, políticos, econômicos e filosóficos da Educação Inclusiva, tema polêmico e atual, que tanto impacto tem causado, especialmente no que se refere à Educação Especial.</p> <p>Se a “Inclusão” tem sido compreendida como um novo paradigma para nortear ações tanto no interior da Escola como fora dela, como pensar a educação, em particular a de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais nesse contexto?</p>

Módulos	Descrição
Planejamento	A avaliação do repertório comportamental pode e deve abranger as mais variadas áreas do comportamento e do desenvolvimento infantil e adolescente com o objetivo de possibilitar a adaptação do indivíduo na sociedade, buscando sua independência e oferecendo a ele melhor condição e qualidade de vida.
Estratégias	Abordagem sobre as estratégias de apoio aos professores envolvidos.
Avaliação	A avaliação da produção escolar dos alunos tem sido imune às mudanças culturais através dos anos. As primeiras idéias de avaliação da aprendizagem estavam ligadas a concepção de medir – classificação de 1 a 10, conforme o desempenho. Desde então, pouco, ou muito pouco, mudou, pois até hoje muitas vezes, vem sendo utilizada como instrumento de poder, de controle, de exclusão, de classificação tanto por parte da equipe escolar bem como dos pais e do sistema social.

Resultados

Dados gerais sobre o curso:

- 40 Inscritos
- 37 Alunos Iniciaram o curso
- 15 Aprovações (41%)
- 20 Desistências a longo do curso (54%)
- 2 Reprovações

Conclusão

O crescimento da *Internet* no Brasil tem sido vertiginoso e, em 7 anos, o número de computadores ligados à rede aumentou em 29 vezes. No *ranking* mundial de computadores ligados à *Internet*, o Brasil passou à oitava posição em 2004. Também ocupa a primeira posição na América Latina e a terceira entre as Américas. (CG, 2004).

O governo também tem se mostrado favorável à utilização dessas novas tecnologias, e em Portaria nº 2.253 de 18 de outubro de 2001, o Ministério da Educação regulariza as instituições que desejem utilizar EAD em seus cursos de graduação:

“...As instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. ... As disciplinas integrantes do currículo de cada curso superior reconhecido, não poderão exceder a vinte por cento do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.”

Com essa regulamentação, todos os cursos superiores poderão contemplar em seus currículos escolares até vinte por cento de conteúdos não presenciais, podendo ter a flexibilidade de oferecer algumas disciplinas inteiramente a distância, ou vinte por cento de cada disciplina poderá ser oferecida de maneira semi-presencial ou não-presencial. A avaliação dos alunos ainda deverá ser de forma presencial.

Conseqüentemente, essa alternativa de curso, na modalidade de EaD para alunos de licenciatura no contexto das universidades públicas, mostra-se viável e importante estratégia para superação das dificuldades geradas a partir das exigências da LDBEN em relação a inclusão escolar. Contudo, ainda é necessário um aprofundamento nos estudos que possibilitem definir os conteúdos mais adequados para tanto, bem como a forma de sua apresentação, pois esse é um conhecimento ainda a ser construído.

Referências Bibliograficas

INEP. Acesso de estudantes a novas tecnologias. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news04_15.htm>. Acesso em 22 jun.2004.

CG – Comitê Gestor da Internet no Brasil. Indicadores. Disponível em: <<http://www.cg.org.br/indicadores/index.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2004.

AZANHA, J.M.P. *Uma Idéia de Pesquisa Educacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

VALENTE, J. A. O Computador na Era do Conhecimento – Campinas, SP: Unicamp, NIED.

GARCIA, C. M. Formação de Professores para uma mudança Educativa. Porto-Portugal, Porto Editora, 1999.

BRAGA, R. E-Learning: A Revolução no Ensino. Revista Aprender. 2002, 4,14-19.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à Teoria dos Métodos*. Portugal: Porto Editora, 1999.